

Trabalho cooperativo na flexibilização curricular – concepções dos docentes

Clarinda Barata, Lúcia Magueta

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal, clarinda.barata@ipleiria.pt e lucia.magueta@ipleiria.pt

Resumo

Em Portugal, com as alterações decorrentes da publicação dos normativos legais Decreto-lei n.º 54/2018 de 06 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva; o Decreto-lei n.º 55/2018 de 06 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, com efeitos de aplicabilidade imediata; bem como de diversos documentos, nomeadamente, o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” e as “Aprendizagens Essenciais” dos ensinos básico e secundário, subentende-se a adoção de práticas educativas diferentes das vigentes até então.

O timing da publicação de alguns destes documentos, especificamente, os normativos legais (fim do ano letivo em que o corpo docente estava prestes a entrar de férias), fez com que a grande maioria não se tivesse apropriado da nova filosofia/ideologia e empreendesse num caminho pouco seguro e sem formação específica para o efeito, no ano letivo anterior.

Assim, surgiu a necessidade de criar uma oficina de formação com o intuito de ajudar os formandos/docentes a: compreender o papel do trabalho cooperativo na flexibilização curricular; compreender as implicações práticas do trabalho cooperativo na flexibilização curricular; problematizar as potencialidades do trabalho cooperativo com prática inclusiva; e, promover práticas de trabalho cooperativo na implementação da flexibilização curricular.

Neste sentido, aplicou-se um questionário, na primeira sessão de trabalho presencial, com o intuito de perceber as concepções dos formandos/docentes sobre o conceito de trabalho cooperativo antes da frequência da oficina de formação. Esta recolha de dados revelou que existiam concepções alternativas pouco favoráveis à adoção de uma metodologia de trabalho assente na aprendizagem cooperativa.



Palavras-chave: *Aprendizagem cooperativa, trabalho cooperativo, flexibilização, currículo.*

1. Introdução

O presente artigo resulta da aplicação de um pequeno questionário aos formandos que se inscreveram e frequentaram a oficina de formação intitulada: “Trabalho cooperativo na flexibilização curricular” no ano letivo 2019/2020. O questionário foi passado logo no início da primeira sessão de trabalho e antes de se abordar qualquer conteúdo, com o intuito de perceber as concepções dos formandos/docentes sobre o que é “aprendizagem cooperativa” e “trabalho cooperativo”. A compreensão destes conceitos, com ligação a um referencial teórico e prático, é fundamental para o correto desenvolvimento desta metodologia e conseqüente sucesso educativo dos alunos. Portanto, importava conhecer quais as concepções dos formandos sobre os mesmos.

No presente artigo dá-se conta que perante as alterações operadas no sistema educativo português, o grupo de formandos que frequentou a oficina de trabalho apresentou algumas concepções alternativas pouco favoráveis à adoção de uma metodologia de trabalho assente na aprendizagem cooperativa, podendo levar ao não sucesso da mesma.

2. Proliferação de documentos curriculares (des)norteadores

Em Portugal, nas últimas décadas temos assistido à proliferação de documentos ditos de orientação curricular, que coexistem, no mesmo tempo e espaço, sem que por vezes exista uma linha estrutural consentânea, explícita e inequívoca entre os mesmos.

Na sequência da publicação desenfreada de documentos, a comunidade docente, no geral, manifesta dificuldades na articulação dos mesmos ao nível das planificações curriculares, existindo uma forte crítica à extensão dos programas curriculares, bem como à falta de espaços não letivos comuns favorecedores de partilhas de experiências e construção de projetos comuns. Enquanto intervenientes na formação inicial e na formação contínua de professores e tendo uma ligação muito próxima ao quotidiano de diferentes contextos educativos, temos testemunhado e estudado esta realidade.

2.1. Decreto-Lei n.º 55/2018 – aparecimento e propósito

O normativo legal Decreto-Lei n.º 55/2018, publicado a 6 de julho de 2018, surgiu na sequência da proliferação de diversos documentos curriculares, promovendo o sucesso educativo e, por essa via, a igualdade de oportunidades, propósitos já constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo Português desde 1986 (LBSE), mas reforçados no presente diploma.

Na origem do referido diploma estiveram, de acordo com Trindade (2018), entre outros documentos: o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; as Aprendizagens Essenciais, que visam dar resposta à extensão dos programas curriculares; a definição da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 onde se configura o novo regime jurídico da Educação Inclusiva na Educação Pré-escolar e nos Ensinos Básico e Secundário; a divulgação das novas Orientações Curriculares da Educação Pré-escolar; e, ainda, o desenvolvimento do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE).

Neste sentido, o presente normativo legal corporiza o projeto que conduz as escolas e os professores não só a assumirem decisões curriculares, mas também a investirem noutros modos de organizar espaços e os tempos de trabalho, bem como a possibilidade de proporem um outro tipo de atividades e estratégias que estimulem: a inteligência, a autonomia, e a participação dos alunos na gestão do quotidiano.

O modelo de ensino preconizado no referido normativo é indissociável do trabalho cooperativo entre professores, professores e alunos e entre os próprios alunos. Fazendo uma análise mais detalhada do Decreto-lei n.º 55/2018 são várias as referências/expressões que apontam para aprendizagem cooperativa/trabalho cooperativo, que passamos a destacar:

- Artigo 3.º e) «Domínios de autonomia curricular» (DAC), áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular,...", portanto, nos DAC, o aluno é o agente da construção de conhecimento pela ação em ambientes diferenciados e cooperativos;
- Artigo 4.º f) "Promoção de maior articulação entre os 3 ciclos dos ensino básico e do secundário..."; i) "Valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo,.."; m) "Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens, da mobilização de literacias diversas, (...), promovendo (...) a criatividade e o trabalho colaborativo"; s) "Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens";
- Artigo 21.º Dinâmicas pedagógicas 1 -" Nas dinâmicas de trabalho pedagógico deve desenvolver-se trabalho de natureza interdisciplinar e de articulação disciplinar, operacionalizado preferencialmente por equipas educativas ..."; 5 - "Com vista à promoção da qualidade e eficiência (...) diferentes formas de organização, nomeadamente: a) O

trabalho colaborativo, valorizando-se o intercâmbio de saberes e de experiências, através de práticas de: i) Coadjuvação entre docentes, do mesmo ano ou ciclo, de vários ciclos e níveis de ensino e de diversas áreas disciplinares".

2.2. Conceito e fundamentação da aprendizagem cooperativa

É absolutamente essencial clarificar o que se entende por aprendizagem cooperativa, pois existem vocábulos que facilmente podem ser considerados como sinónimos, sem o serem na realidade.

A aprendizagem cooperativa é muito mais do que trabalhar em grupo. Cooperar é trabalhar com outra ou outras pessoas.

A aprendizagem cooperativa é um “método de ensino que consiste na utilização de pequenos grupos estruturados de tal forma que os alunos trabalhem em conjunto para maximizarem a sua própria aprendizagem e a dos seus colegas” (Johnson, Johnson e Holubec, 1993, citados por Lopes & Silva, 2009, p.3). Silva, Lopes e Moreira (2018) reforçam esta mesma ideia e acrescentam mais um objetivo fundamental: “cooperar para aprenderem a trabalhar em grupo e a ser solidários” (p.15).

Neste sentido, só estaremos perante aprendizagem cooperativa se estiverem presentes cinco princípios que vários autores (Freitas & Freitas, 2002; Lopes & Silva, 2008; Moreira, 2019) destacam como sendo essenciais: 1) *interdependência positiva* – é o coração da aprendizagem cooperativa, uma vez que o sentido de trabalho conjunto para um objetivo comum, onde cada um se preocupa com as aprendizagens dos colegas, é determinante para o nível de resultados conseguidos; 2) *interação face a face* – corresponde à oportunidade de interagir com os colegas de modo a explicar, elaborar e relacionar conteúdos; 3) *avaliação e responsabilização individual* – diz respeito a que cada elemento do grupo se sinta responsável pela sua própria aprendizagem e pela dos colegas e contribui ativamente para o grupo; 4) *treino de competências sociais* – competências de comunicação, confiança, liderança, decisão e resolução de conflitos; e, 5) *avaliação do processo* – balanços regulares e sistemáticos do funcionamento do grupo e da progressão das aprendizagens.

Para Trindade e Cosme (2010, p.97), é importante que “os alunos possam aprender a organizar-se para trabalhar em grupo, a tomar decisões relativas ao desenvolvimento e monitorização do processo ou a avaliar os conteúdos do trabalho que vai sendo produzido”.

Portanto, cooperação não é: a) colocar as crianças/jovens sentados à volta de uma mesa a falar uns com os outros enquanto fazem os seus trabalhos individualmente; b) colocar as crianças/jovens a fazer uma tarefa individualmente com instruções para que os jovens que terminem primeiro ajudem os colegas mais atrasados; e, c) atribuir uma tarefa a um grupo em que uma criança/jovem faz todo o trabalho e os outros observam.

Tabela 1 - Diferenças entre grupos de trabalho tradicional e de aprendizagem cooperativa (Freitas & Freitas, 2002, p.37)

Grupos em aprendizagem cooperativa	Grupos de trabalho tradicional
Interdependência positiva	Não há interdependência
Responsabilidade individual	Não há responsabilidade individual
Heterogeneidade	Homogeneidade
Liderança partilhada	Há um líder designado
Responsabilidade mútua partilhada	Não há responsabilidade partilhada
Preocupação com a aprendizagem dos outros elementos do grupo	Ausência de preocupação com as aprendizagens dos elementos do grupo
Ênfase na tarefa e também na sua manutenção	Ênfase na tarefa
Ensino directo dos skills sociais	É assumida a existência dos skills sociais, pelo que se ignora o seu ensino
Papel do professor: observa e intervém	O professor ignora o funcionamento do grupo
O grupo acompanha a sua produtividade	O grupo não acompanha a sua produtividade

Contrariamente a muitas correntes pedagógicas, a aprendizagem cooperativa surgiu a partir de uma prática consistente que mostrou ser bem sucedida e não como uma teoria genericamente aceite, ou seja, inverteu o famoso TOP-DOWN (Freitas & Freitas, 2002).

2.3. Grupos cooperativos

Um aspeto muito importante a ter em consideração é a organização da sala de aula, de forma a criar um ambiente social propício e estimulador de apoio, ajuda mútua, ensino cooperativo que não esteja centrado no professor, mas também nos alunos. A constituição de grupos cooperativos é um dos aspetos cruciais para o sucesso da aprendizagem cooperativa pelo que é essencial assegurar a heterogeneidade, com especial destaque para as competências académicas e sociais; tamanho e grau de coesão dos seus membros; avaliação da aprendizagem e do funcionamento dos grupos (Silva, Lopes & Moreira, 2018). A nível do número de elementos por grupo a literatura defende quatro elementos como sendo o desejável, pois desta forma consegue-se garantir até seis pares diferentes de interação dentro do grupo (Freitas & Freitas, 2002).

2.3.1. Tipos de grupo de aprendizagem cooperativa

Os grupos de aprendizagem cooperativa podem assumir três tipologias diferentes consoante os objetivos e a especificidade das tarefas a desenvolver pelos alunos. Assim, e de acordo com Lopes e Silva (2009), podemos ter: a) grupos informais de curta duração, normalmente para atividades que se realizam numa aula ou num período de tempo da mesma, sendo utilizado pelo professor para concentrar a atenção dos alunos; promover um clima propício

à aprendizagem; criar expectativas acerca do conteúdo de aula; assegurar que os alunos processam cognitivamente a matéria; encerrar a aula; b) grupos formais, ao nível de duração, já têm uma duração superior à dos anteriores; são utilizados para a aprendizagem de um conteúdo que pode ocupar mais do que uma aula; garantem a participação ativa dos alunos nas tarefas intelectuais de organizar, explicar, resumir e integrar a matéria nas suas estruturas conceptuais; finalmente, c) grupos de base têm uma duração que pode variar de um período a um ano letivo e são mais direcionados a alunos a partir do secundário; são grupos de aprendizagem heterogêneos com membros permanentes. O principal objetivo é possibilitar que os seus integrantes deem uns aos outros o apoio, a ajuda, o estímulo e o auxílio que cada um necessita para ter um bom desempenho escolar.

2.3.2. Benefícios da aprendizagem cooperativa

Os benefícios que os alunos têm quando são alvo de aprendizagem cooperativa são imensos, estando agrupados em quatro grandes categorias, a saber: sociais, psicológicos, académicos e de avaliação (Moreira, 2019; Lopes & Silva, 2009). De acordo com Freitas e Freitas (2002, p. 21) destacam-se os seguintes: “1. Melhoria das aprendizagens na escola; 2. Melhoria das relações interpessoais; 3. Melhoria da auto-estima; 4. Melhoria das competências no pensamento crítico; 5. Maior capacidade em aceitar as perspectivas dos outros; 6. Maior motivação intrínseca; 7. Maior número de atitudes positivas para com as disciplinas estudadas, a escola, os professores e os colegas; 8. Menos problemas disciplinares, dado existirem mais tentativas de resolução dos problemas de conflitos pessoais; 9. Aquisição das competências necessárias para trabalhar com os outros; 10. Menor tendência para faltar à escola”. Contudo, é imprescindível que exista um controlo e planeamento criterioso por parte do professor com o intuito de assegurar o mínimo de desvantagens desta metodologia de trabalho.

3. Metodologia

O estudo que se apresenta seguiu uma metodologia de estudo de caso, tendo os dados sido recolhidos através da aplicação de um questionário de diagnóstico, antes de qualquer abordagem teórica. Considerou-se que este estudo de caso era do tipo «intrínseco» (Stake, 1999), pois importava compreender exclusivamente as concepções deste grupo de professores, sem relação com outros casos ou outras problemáticas mais abrangentes. Este questionário era composto por 20 afirmações, perante as quais os formandos tinham de se posicionar quanto à veracidade e/ou falsidade das mesmas, na sua ótica, relativamente à aprendizagem cooperativa. Participaram os 15 formandos que estavam inscritos na oficina

de formação no ano letivo de 2019/2020, todos com mais de 20 anos de serviço. Era um grupo que estava motivado e simultaneamente reticente relativamente aos desafios decorrentes dos normativos legais, dado a alguns formandos terem programas muito exigentes devido aos exames nacionais, manifestando alguma dificuldade e pouca abertura para empreender por caminhos menos securizantes, na sua perspetiva, e pela falta de experiência nesta metodologia de trabalho. A informação recolhida relativamente às conceções dos formandos foi analisada recorrendo-se para o efeito ao tratamento estatístico.

4. Análise e discussão dos dados

Ao analisarmos as respostas dos formandos verificou-se que a totalidade dos formandos (15) respondeu de forma unânime às afirmações que constam da Tabela 2, existindo uma opinião aparentemente correta sobre o que é o trabalho/aprendizagem cooperativo:

não teve dúvidas quanto à veracidade ou falsidade das seguintes afirmações, existindo uma opinião unânime e aparentemente correta do que é o trabalho/aprendizagem cooperativo:

Tabela 2 - Conceção dos formandos sobre aprendizagem/trabalho cooperativo.

Aprendizagem cooperativa é o mesmo que trabalho de grupo.	Falsa
No trabalho cooperativo não há avaliação individualizada.	Falsa
No trabalho cooperativo os alunos têm menos oportunidade de prática.	Falsa
No trabalho cooperativo há pouca interação professor-aluno.	Falsa
A aprendizagem cooperativa desresponsabiliza os alunos.	Falsa
O trabalho cooperativo só beneficia os alunos mais fracos.	Falsa
Usar muito trabalho cooperativo torna-se monótono pois não há diversidade de estratégias.	Falsa
No trabalho cooperativo cada aluno deve experimentar vários papéis.	Verdadeira
A atividade cooperativa só deve ser usada para atividades de pesquisa.	Falsa
Aprendendo um tipo de skills já não é preciso treinar os outros.	Falsa

Já no que diz respeito às restantes afirmações verificamos que existem algumas dúvidas e, por vezes, algumas conceções alternativas.

Relativamente ao número ideal de elementos por grupo, a maioria destes formandos revelou não ter muito bem a noção por quantos elementos deveria ser composto um grupo de trabalho. Este dado pode indiciar que, por hábito, não realizam trabalho cooperativo ou que não têm uma prática regular com esta metodologia, uma vez que não têm uma opinião concreta sobre o assunto.

No que concerne ao papel do professor na implementação e condução desta metodologia de trabalho, as concepções destes formandos também não foi clara, ou seja, percebeu-se que consideraram que a planificação da aula exigiria uma maior preparação por parte do professor, até pelo equacionar de cenários diferentes e alternativos aos tradicionais, por um lado, e, por outro lado, também discordaram que o professor durante a aula ficasse mais liberto. Ainda nesta ordem de ideias, salienta-se o facto dos formandos não terem uma posição clara sobre o seu papel ao nível da definição dos objetivos, tendo-se verificado metade dos formandos a considerar a afirmação como verdadeira e a outra metade como falsa. Verificou-se ainda que a maioria dos formandos valoriza tanto o processo como o produto.

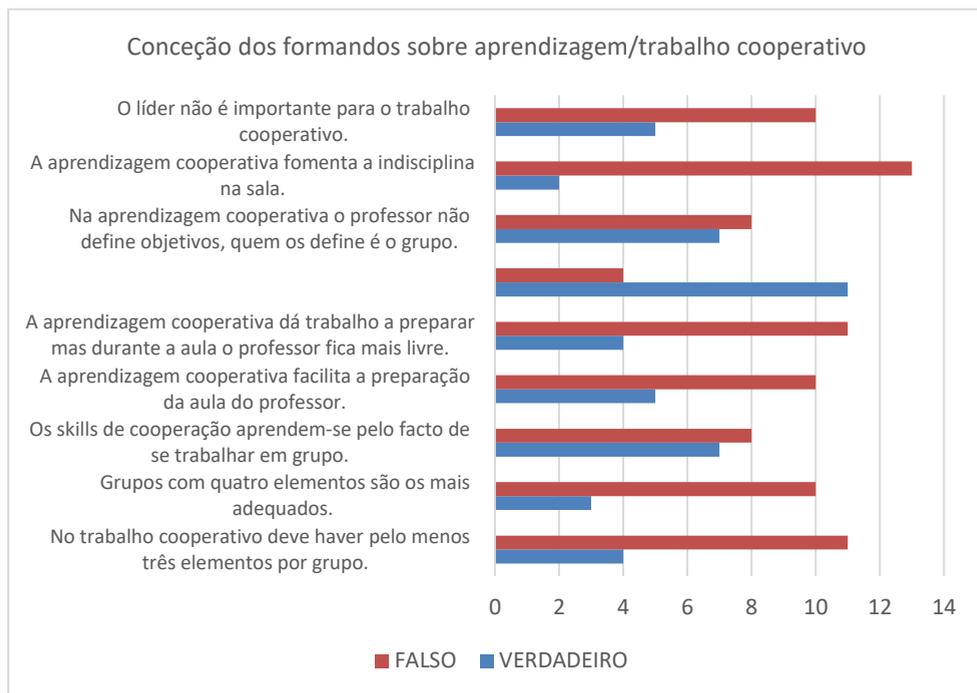


Fig. 1 - Concepção dos formandos sobre aprendizagem/trabalho cooperativo

Salienta-se ainda que, contrariando os resultados obtidos nas afirmações “Aprendizagem cooperativa é o mesmo que trabalho de grupo” e “No trabalho cooperativo cada aluno deve experimentar vários papéis”, se verificou que estes formandos, na sua maioria, consideram que a existência de um líder é importante no trabalho cooperativo.

5. Considerações Finais

Com este estudo de caso, percebeu-se que este grupo de formandos apresentou concepções alternativas que podem conduzir à não aplicação desta metodologia de trabalho e/ou até, eventualmente, quem a tenha experimentado, possa ter ficado com uma ideia errónea e recordações menos positivas da mesma. É necessário desmistificar ao longo da formação estas concepções, robustecendo teórica e cientificamente este grupo de professores, para que com mais informação e segurança possam empreender por um caminho tão aliciente e altamente benéfico para o sucesso educativo dos seus alunos.

Referências

- Freitas, L.V., & Freitas, C. V. (2002). *Aprendizagem Cooperativa*. Porto: Edições Asa.
- Lopes, J., & Silva, H.S. (2009). *A aprendizagem cooperativa na sala de aula – um guia prático para o professor*. Lisboa: Lidel
- Lopes, J., & Silva, H.S. (2011). *O professor faz a diferença*. Lisboa: Lidel
- Moreira, S. (coord.) (2019). *Cooperar para o Sucesso com autonomia e flexibilidade*. Lisboa: Pactor.
- Silva, H. S., Lopes, J. P., & Moreira, S. (2018). *Cooperar na sala de aula para o sucesso*. Lisboa: Pactor.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.
- Trindade, R., & Cosme, A. (2010). *Educar e Aprender na Escola. Questões, desafios e respostas pedagógicas*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Trindade, R. (coord.) (2018). *Autonomia, flexibilidade e gestão curricular: relatos de práticas*. Lisboa: LeYa.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 54/2018 da Presidência do Conselho de Ministros (2018). Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Retirado de <https://dre.pt/application/file/a/115648907>
- Decreto-Lei n.º 55/2018 da Presidência do Conselho de Ministros (2018). Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Retirado de <https://dre.pt/application/file/a/115648908>